CIDAC
Centro de Documentação
TL 3762

I Série — Número 1

Quarta-feira, 20 de Outubro de 1982

DIÁRIO da Assembleia da República

II LEGISLATURA — 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1982-1983)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 19 DE OUTUBRO DE 1982

Presidente: Ex.mo Sr. Francisco Manuel Lopes Vieira de Oliveira Dias

Secretários: Ex.mos Srs. Reinaldo Alberto Ramos Gomes
Vítor Manuel Brás
Maria José Paulo Sampaio
José Manuel Maia Nunes de Almeida

SUMÁRIO. — *O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 20 minutos.*

Antes da ordem do dia. — *Deu-se conta do expediente, da apresentação de requerimentos e de respostas a alguns outros.*

Em declaração política, o Sr. Deputado Mário Tomé (UDP) teceu várias críticas ao Governo, tendo ainda contestado a recente vinda a Portugal do antigo embaixador americano Frank Carlucci.

Também em declaração política, a Sr.ª Deputada Zita Seabra (PCP) referiu-se à discussão, que brevemente irá ter lugar na Assembleia da República, dos projectos de lei do PCP relativamente à defesa da maternidade, ao planeamento familiar e educação sexual e à legalização da interrupção voluntária da gravidez.

Os Srs. Deputados Manuel Alegre (PS), Natália Correia (PSD) e José Manuel Mendes (PCP) manifestaram o seu pesar pelo falecimento do cantor de intervenção Adriano Correia de Oliveira, no que foram acompanhados pelos Srs. Deputados Guerreiro Norte (PSD), António Moniz (PPM), Mário Tomé (UDP), António Taborda (MDP/CDE), Vilhena de Carvalho (ASDI) e Lopes Cardoso (UEDS).

Em declaração política, o Sr. Deputado Lemos Damião (PSD), a propósito da recente passagem do Dia Mundial da Alimentação, referiu-se a diversos aspectos da actual situação de Timor-Leste.

Ordem do dia. — *Foi lido e aprovado um relatório e parecer da Comissão de Regimento e Mandatos sobre substituição de deputados.*

Foi igualmente lido e aprovado um pedido de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito — «Reservas».

O Sr. Deputado Manuel Tilman (ASDI) procedeu à leitura de um comunicado da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Depois de lida pela Mesa, foi discutida e aprovada uma proposta de resolução, subscrita por vários senhores deputados, sobre a questão de Timor-Leste, sobre o que intervieram os Srs. Deputados Manuel Tilman (ASDI), Arons de Carvalho (PS), Lemos Damião (PSD), Mário Tomé (UDP), Azevedo Coutinho (CDS), Sousa Marques (PCP) e Barrilaro Ruas (PPM).

O Sr. Deputado Amândio de Azevedo (PSD) fez a apresentação de um comunicado da Delegação Parlamentar ao Conselho da Europa.

Na segunda parte da ordem do dia iniciou-se a discussão na generalidade das ratificações n.os 164/II (PS) e 165/II (PSD, CDS, PPM e ASDI) — Decreto-Lei n.º 224/82, de 8 de Junho, que dá nova redacção a alguns artigos do Código de Processo Civil e do Código das Custas Judiciais.

Intervieram no debate os Srs. Deputados Armando Lopes (PS), Vilhena de Carvalho (ASDI), Carlos Candal (PS), Odete Santos (PCP), Jorge Sampaio (PS) e Castro Caldas (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão às 20 horas e 5 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 20 minutos.

Encontravam-se presentes os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adérito Manuel Soares Campos.
Afonso de Sousa Freire Moura Guedes.
Álvaro Barros Marques Figueiredo.
Amândio Anes de Azevedo.
Amadeu Afonso Rodrigues dos Santos.
Amélia Cavaleiro M. Andrade Azevedo.
Anacleto Silva Baptista.
António Augusto Lacerda de Queiroz.
António Duarte e Duarte Chagas.
António Maria de O. Ourique Mendes.
António Roleira Marinho.
António Vilar Ribeiro.
Armando Lopes Correia Costa.

considerando a ordem de precedência das respectivas listas eleitorais apresentadas a sufrágio pelos aludidos partidos nos concernentes círculos eleitorais.

Foram observados os preceitos regimentais e legais aplicáveis.

Finalmente, a Comissão entende proferir o seguinte parecer:

> As substituições em causa são de admitir, uma vez que se encontram verificados os requisitos legais.

O presente relatório foi aprovado por maioria, com a abstenção do deputado da União Democrática Popular.

A Comissão; Secretário, *José Manuel Maia Nunes de Almeida* (PCP) — *Cristóvão Guerreiro Norte* (PSD) — *Fernando José da Costa* (PSD) — *Maria Adelaide S. de Almeida e Paiva* (PSD) — *Nicolau Gregório de Freitas* (PSD) — *Valdemar Cardoso Alves* (PSD) — *Armando dos Santos Lopes* (PS) — *Luis Carlos C. Veloso de Sampaio* (CDS) — *Armando de Oliveira* (CDS) — *Álvaro Augusto Veiga de Oliveira* (PCP) — *Jorge Manuel Abreu de Lemos* (PCP) — *Manuel Cardoso Vilhena de Carvalho* (ASDI) — *António Manuel de Carvalho F. Vitorino* (UEDS) — *Mário António Baptista Tomé* (UDP).

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, visto que ninguém pede a palavra, vamos votar este relatório e parecer.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PSD, do PS, do CDS, do PCP, do PPM, da ASDI e da UEDS, e a abstenção da UDP (registando-se a ausência do MDP/CDE).

O Sr. **Presidente:** — Encontra-se também na Mesa um pedido de prorrogação do prazo de funcionamento da Comissão Eventual de Inquérito — «Reservas», que vai ser lido.

Foi lido. É o seguinte:

Comissão Eventual de Inquérito — «Reservas»

Ex. Sr. Presidente da Assembleia da República:

Devido à complexidade da matéria a inquirir, não foi possível a esta Comissão Eventual de Inquérito concluir os seus trabalhos até 10 de Agosto de 1982, data em que expirou o prazo que lhe havia sido prorrogada pela Assembleia, pelo que, ao abrigo do n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 43/77, de 18 de Julho, solicito a V. Ex.ª a sua prorrogação por mais 90 dias.

Com os melhores cumprimentos.

Palácio de São Bento, 13 Outubro 1982. — O Presidente da Comissão Eventual de Inquérito, *Júlio Lemos de Castro Caldas.*

O Sr. **Presidente:** — Algum Sr. Deputado deseja opor-se à concessão da prorrogação?

Pausa.

Como ninguém se opõe, considera-se concedida.

Entramos, assim, na matéria constante da primeira parte da ordem do dia, que é a comunicação da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, que será feita pelo Sr. Deputado Manuel Tilman, a quem dou a palavra.

O Sr. **Manuel Tilman** (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A Comissão Parlamentar

a) Para acompanhamento da situação em Timor-Leste;
b) Para o cumprimento do artigo 297.º da Constituição;
c) Para a implementação da última resolução da Assembleia Geral da ONU.

I

Prossegue 2 grupos de objectivos fundamentais, sempre que possível em consonância e em consertação com os Órgãos de Soberania constitucional responsáveis:

A — De âmbito humano. — Encontrar meios eficazes para solucionar os problemas humanos, resultantes da fome, da doença, da miséria e da guerra de resistência em Timor-Leste:

a) Reunião familiar:
Crianças sós e abandonadas;
Deficientes, doentes e velhos sem ninguém;
b) Buscas de pessoas desaparecidas ou presas;
c) Garantia de comunicação: emissão e recebimento de mensagens.

Observações — Evitar a tentativa de emigração indirecta, alguns casos já consumados, de chineses não timorenses para Portugal ou para Austrália, essencialmente, a atribuição de cidadania portuguesa a estrangeiros, defraudando a aplicação correcta da lei portuguesa da nacionalidade.

B — De âmbito político. — Encontrar uma solução política para a «questão Timor-Leste». Qualquer solução para o caso tem que garantir:

a) Vidas humanas e interesses do povo de Timor-Leste;
b) Integridade territorial de Timor-Leste;
c) Prestígio e interesses do povo e da história de Portugal;
d) E que essa solução não seja causa de desestabilização política e económica da zona, tendo em conta os interesses dos vizinhos de Timor-Leste.

II

Para a Comissão Eventual Parlamentar:

1) A «questão Timor-Leste» é uma questão nacional;
2) A «questão Timor-Leste» é uma questão da política externa;
3) Para a solução do problema compete ao Presidente da República, dentro das suas competências, e ao Governo, essencialmente, como executivo da política externa, praticar todos os actos necessários, (artigo 297.º da Constituição);

4) Compete, exclusivamente, e, em última instância, à Assembleia da República, com poderes de constituinte, modificar ou eliminar o artigo da Constituição referente a Timor-Leste.

III

No prosseguimento dos seus objectivos, a Comissão deliberou, entre outros assuntos:

a) Diligenciar que uma Comissão sua visite a Austrália, tendo em conta que é o país onde residem 4000 timorenses e é o país mais próximo de Timor-Leste e da Indonésia;
b) Diligenciar que uma delegação sua visite a sede das Nações Unidas, o Comité dos Vinte e Quatro, o Comité da Descolonização, as diversas delegações de países amigos de Portugal e da Indonésia, membros da ONU e o Senado Americano;
c) Diligenciar que uma delegação sua participe como observadora na reunião da 4.ª Comissão, comissão especializada de descolonização, sobre Timor-Leste.

Nota. — Tendo em conta a revisão constitucional, as digressões realizar-se-ão durante as férias parlamentares ou no período pós-revisão constitucional.

IV

Objectivos da visita:

a) Por falta de verba e por sugestão do Sr. Presidente da Assembleia da República:

1) Englobou-se na viagem à Austrália, a primeira viagem às Nações Unidas;
2) Modificou-se o plano inicial de movimentar 14 deputados, 6 à Austrália e 8 às Nações Unidas, reduzindo-se para 3 os membros da delegação, que seria composta pelos deputados componentes da Subcomissão Executiva da Mesa, respectivamente o presidente — que sou eu — e os secretários, José Lemos Damião (PSD) e Joaquim Gomes Carneiro (PS), que, por impedimento, foi substituído pelo deputado do mesmo partido Alberto Arons de Carvalho.

a) Objectivos definidos para as visitas:

A — Na Austrália:

1) Contactar as comunidades timorenses sobre:

Posição das comunidades sobre a questão Timor-Leste;
Que pensam sobre a posição do Estado Português;
Que sugestão para o prosseguimento da manutenção e discussão da questão pelo Estado Português;
Informações concretas internas em Timor-Leste: luta armada, fome, violação dos direitos humanos, reunificação familiar e saída dos timorenses de Jacarta para Portugal e para a Austrália;

2) Contactar o Governo, o Senado e o Parlamento Australianos e as principais forças políticas e sindicais;
3) Contactar os inúmeros organismos de diversa índole que neste país se preocupam com a situação em Timor-Leste;
4) Contactar a emigração portuguesa.

B — Nos Estados Unidos:

1) Contactar a Organização das Nações Unidas e os seus principais dirigentes e comissões;
2) Contactar o maior número de missões diplomáticas junto da ONU;
3) Contactar o Governo e o Congresso Norte-Americanos.

V

Visita à Austrália e às Nações Unidas — A delegação chegou à Austrália no dia 24 de Agosto e regressou a Lisboa no dia 12 de Setembro.

A — Na Austrália. — A delegação esteve sucessivamente em Perth, Camberra, Sidney, Melbourne, Darwin e Brisbane (8 dias).

Toda a programação da visita esteve a cargo da Embaixada de Portugal naquele país. (Para o Sr. Embaixador Rebello de Andrade e para a nossa representação diplomática na Austrália, pela dedicação e êxito do serviço prestado, aproveito para solicitar à Câmara uma homenagem e um sincero agradecimento).

O Parlamento Federal pôs à disposição da delegação parlamentar 2 viaturas com *chauffeur*, tendo os deputados portugueses sido acompanhados pelo Sr. Rosser, das relações internacionais, e por 2 elementos da segurança (já solicitámos ao Sr. Presidente da Assembleia da República que agradeça ao Parlamento Federal Australiano toda a atenção que nos foi dispensada e sugerimos que a Assembleia da República convidasse uma delegação do Parlamento Federal Australiano a visitar Portugal).

1 — Reuniões com as comunidades timorenses: principais conclusões:

a) É unânime o desejo expresso de que «Portugal regresse para fazer a descolonização bem feita». Esta posição, sintetizada desta forma, por diversas vezes foi sempre muito apoiada e aplaudida;
b) Há uma enorme hostilidade em relação à Indonésia e à ocupação tendo diversos oradores nas sessões dado informações sobre a sua experiência pessoal da opressão indonésia ou relatado factos conhecidos através de contactos, cartas de familiares, etc;
c) As informações recolhidas apontam, com enorme segurança, para que se possa dizer que a situação em Timor-Leste está longe de estar normalizada, continuando a repressão sobre os residentes, a proliferar a fome e a doença, sobretudo malária, um apertado controle policial sobre as populações, enorme dificuldade na emigração ou nos meros

contactos com familiares fora de Timor-Leste, a corrupção, a violação de mulheres, torturas, prisões arbitrárias...;

d) É geral o descontentamento face às autoridades portuguesas acusadas «de nada terem feito até agora para ajudarem os Timorenses, quer os que estão em Timor-Leste quer os que estão na Austrália, de considerarem os Timorenses apenas como números que figuram em estatísticas, de terem um desinteresse que não podia ser maior pelos Timorenses, de não conduzirem nenhuma acção diplomática de denúncia da Indonésia, de não terem defendido Timor-Leste como a Inglaterra defendeu as Falklands, de não terem nunca consultado ou ouvido os Timorenses, etc.»;

e) Foram também referidos nas reuniões acontecimentos verificados em 1975, tendo alguns oradores criticado duramente o general Lemos Pires e os políticos portugueses envolvidos no processo de descolonização de Timor, designadamente Mário Soares, Almeida Santos, Melo Antunes e Victor Alves, facto que originou alguma polémica, designadamente com o membro da delegação deputado Arons de Carvalho;

f) No entanto, o clima geral com que decorrem as reuniões e a forma como todos os membros da delegação parlamentar foram recebidos extremamente cordiais. Muitos oradores manifestaram a esperança de que nova fase tenha começado na forma como os Timorenses são encarados, enquanto outros atribuiram a vinda da delegação a uma mudança na atitude do Estado Português. Outros, elogiando a presença dos deputados da Comissão Parlamentar, entenderam melhor «esperar para ver»;

g) Foram feitas inúmeras perguntas sobre o processo de reunificação das famílias;

h) Foram levantados alguns obstáculos ao facto de ser a Embaixada Holandesa em DjaKarta a representar os interesses portugueses junto das autoridades indonésias. Alguns timorenses sugeriram que essa função passasse a ser desempenhada pela Embaixada Brasileira, enquanto que outros sugeriram que se tentasse que um português pudesse trabalhar na Embaixada Holandesa, obviando deste modo os problemas relativos à diferença de idiomas;

i) Foi lamentada a impossibilidade de intervenção da Cruz Vermelha Internacional em Timor-Leste, sugerindo-lhe que o Governo Português pressione quem de direito para que os obstáculos existentes sejam removidos;

j) Vários oradores referiram o facto de antes da invasão indonésia não haver praticamente timorenses fora de Timor, apesar de haver liberdade de saída, enquanto que agora os que há, nomeadamente na Austrália (cerca de 4000), embora em boa situação por força das condições que este país oferece;

l) Foram feitas perguntas sobre o «Relatório de Timor», tendo alguns oradores manifestado o desejo de que cópias desses relatórios fossem divulgadas entre os timorenses a viver na Austrália;

m) Foi sugerido que fossem dados maiores poderes e condições à Embaixada e aos consulados portugueses de forma a que estes pudessem de forma mais pronta resolver as questões para que são solicitados;

n) Foi levantado o problema dos funcionários públicos que vieram de Timor, assim como dos reformados residentes em Timor-Leste que recebiam uma pensão de reforma do Estado Português, agora tornada impossível pela ocupação da Indonésia;

o) Foi sugerido que timorense pudessem integrar a delegação portuguesa da ONU, quando do debate a realizar no próximo Outono;

p) Foi sublinhado que a maior parte dos timorenses a residir na Austrália não era nem da Fretilin nem da UDT e que essas forças políticas não esgotaram a representatividade dos Timorense;

q) Foram feitas queixas sobre o abandono a que a Secretaria de Estado da Emigração tem votado os portugueses na Austrália e referido também que se ouve muito mal a programação da RDP em onda curta dirigida para a Austrália, sendo por vezes mais fácil ouvir o programa para a Europa;

r) Foi referida a imperiosa necessidade de um maior apoio aos emigrantes portugueses e uma maior pronta resposta às suas solicitações.

2 — Encontros Governo-Parlamentos, senadores, australianos:

A delegação encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sr. Anthony Street, com os Senadores Douglas Scott, presidente da Comissão do Senado para a Defesa e Negócios Estrangeiros e também presidente da Comissão de Inquérito do Senado à Situação no Timor-Leste, com o deputado trabalhista Ken Fry, com os Senadores Edward Robertson e Mackintosh e como o antigo cônsul australiano em Timor, Sr. Jim Dumm. Principais conclusões destes encontros:

I — Governo:

a) A Austrália reconhece, desde 1978, Timor-Leste como parte integrante da Indo-ésia, embora não tenha aprovado a invasão indonésia;

b) O Governo Australiano continua a conceder ajuda humanitária e permitir a imigração dos Timorenses, quer aos residentes em Lisboa, quer aos residentes em Jacarta;

c) O Governo Australiano continua interessado em manter boas relações com Portugal;

d) O Governo Australiano apoia qualquer proposta que vise o envio de uma delegação da ONU aquele território;

e) O Governo Australiano atribui muita importância ao factor «estabilidade daquela região do globo» na definição da sua posição sobre o tema;

f) O Ministro Street considerou haver diferenças entre a situação de Timor e as das Malvinas ou Namíbia.

II — Parlamento e senadores:

Os aspectos mais importantes destes encontros: trocas de informações sobre a situação actual em Timor-Leste, possibilidade de os Timorenses emigrarem, sobre os direitos humanos, sobre a situação da fome... Um ponto a realçar é o de que a Comissão de Inquérito do Senado, que iniciou os seus trabalhos em Março de 1982, iria no dia 1 de Setembro ouvir membros da comunidade timorense em Darwin e estava na fase inicial dos trabalhos preparatórios do relatório que iria ser entregue no Senado, abrindo-se então o prazo para que o Governo emitisse a sua opinião sobre as conclusões, após o que aquele órgão deliberaria sobre os textos existentes.

III — Labor Party e dirigentes da Central Sindical Australiana:

Conclusões principais:

a) Partido Trabalhista:

1) Discorda da posição do Governo australiano sobre a questão de Timor-Leste;
2) Tem uma moção aprovada no seu Congresso em Julho de 1982 onde «reconhece o inalienável direito dos Timorenses à sua autodeterminação e independência, condena e rejeita o reconhecimento do Governo Australiano de anexação pela Indonésia de Timor-Leste»;
3) Uma vitória dos trabalhistas nas próximas eleições gerais, que se realizarão até Novembro do próximo ano, significará sempre uma profunda alteração na posição australiana nesta questão;
4) Reconhece existir vontade dos Timorenses em se autodeterminarem.

b) Central Sindical Australiana:

1) Apoia a causa timorense contra a Indonésia e julga ser essa a posição largamente maioritária na opinião pública do país;
2) Como apoio activo já boicotaram carga e descarga de barcos indonésios ou para a Indonésia nos portos australianos;
3) Não exclui a possibilidade de empreender acções a nível internacional e admite mesmo vir a propor aos sindicatos portugueses que force na discussão sobre Timor-Leste na próxima conferência da OIT.

c) Encontros com diversas associações e grupos de australianos envolvidos no apoio aos Timorenses. — No decorrer da sua digressão pela Austrália, a delegação parlamentar teve a oportunidade de se avistar com inúmeros representantes de associações e grupos solidários com os timorenses, tendo ficado com a impressão de que é grande o número de pessoas, entre as quais muitas católicas, que se dedicam a uma actividade relacionada com o auxílio aos timorenses.

Um desses encontros foi com um padre católico em Camberra que leu passagens de um relatório alegadamente enviado por outros padres vivendo em Timor-Leste. Nele se fazia referência a:

Perseguição a alguns padres;
Construção de aldeamentos, obrigando-se timorenses a viver fora dos locais onde habitavam;
Ataques da Fretilin em Maio deste ano;
Existência de aldeias com muitos velhos e órfãos;
Existência de 3000 a 4000 presos na ilha de Ataúro;
Tentativas do Governo Indonésio através do início das transmissões de televisão e da construção de estradas — onde timorenses são obrigados a trabalhar — para conquistar as populações.

A delegação realizou em 27 de Agosto uma conferência de imprensa no edifício do Parlamento Federal que contou com a presença de 2 canais de televisão, da rádio e de jornalistas dos principais jornais australianos e da imprensa estrangeira. As principais perguntas dirigidas diziam respeito à conversa tida nessa manhã com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, à nossa análise da posição australiana, à recusa de visto de entrada ao dirigente da Fretilin José Ramos Horta, à próxima proposta portuguesa nas Nações Unidas, a informações sobre a situação em Timor e à possibilidade da delegação visitar Timor-Leste.

Uma desenvolvida reportagem sobre a conferência de imprensa foi transmitida pelo menos num dos principais noticiários da televisão, tendo a rádio noticiado igualmente a conferência de imprensa em vários dos seus noticiários. Vários jornais publicaram também notícias sobre a conferência de imprensa.

A delegação portuguesa deu também entrevistas a jornais em Sidney, em Melbourne (The Age) e em Darwin (The Nt News).

Conclusões gerais:

a) Na Austrália o problema de Timor assume

bastante importância na opinião pública, a ponto de constituir um dos pontos de debate entre Governo e oposição;

b) A provável vitória da oposição trabalhista poderá modificar a posição australiana sobre o assunto, já que o actual Governo não abdica da sua posição de reconhecer Timor-Leste como parte integrante do território da Indonésia;

c) A próxima conclusão do inquérito que o Senado Australiano está a fazer à situação em Timor-Leste para reavivar a questão na opinião pública, nomeadamente por acção dos numerosos grupos e personalidades que agitam o problema;

d) O Governo Australiano continua acolher os refugiados timorenses e a facultar-lhes, assim, como aos restantes emigrantes, boas condições de vida;

e) Os Timorenses, embora se queixem de abandono a que consideram ter sido votados por Portugal e da forma como as autoridades portuguesas abandonaram Timor em 1975, desejam que Portugal regresse para fazer a descolonização bem feita.

B — Nas Nações Unidas. — Durante a sua estadia em Nova Iorque, a delegação parlamentar teve reuniões com as missões diplomáticas da Venezuela, da Costa Rica, do Brasil, do Panamá, do México, de Cuba, da Holanda, do Japão, com os 5 países escandinavos (Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia), com os embaixadores dos países de expressão portuguesa (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe), como presidente da Comissão de Descolonização, e com os secretários-gerais adjuntos para a Descolonização e Sudeste Asiático.

A delegação avistou-se igualmente com 2 dirigentes da Fretilin, José Ramos Horta e Roque Rodrigues.

A — Conclusões importantes sobre a posição dos dirigentes da ONU:

a) Foi assegurado que o secretário-geral, Pery de Cuellar, considera a questão de Timor como um dos mais importantes, pelo que a tem seguido, tencionando fazer um relatório sobre ela;

b) Foi salientada a importância do aspecto humanitário da questão;

c) Foi referida com preocupação a diminuição progressiva do apoio que de ano para ano tem tido a proposta de resolução sobre Timor-Leste;

d) Foi considerado que para esse facto muito tem constribuído a intensa actividade diplomática da Indonésia, com muita documentação, alguma qualidade;

e) Considerou-se ser necessário um papel mais activo do nosso país.

B — Conclusões mais importantes das reuniões com as missões diplomáticas junto das Nações Unidas:

a) Consideram a visita da delegação importante e oportuna, já que existe muita informação proveniente da Indonésia, alguma da Fretilin e nenhuma de Portugal;

b) Entendem várias missões diplomáticas ter havido em Timor-Leste uma interrupção no processo de descolonização e haver naquele território problemas de direitos humanos;

c) Várias missões diplomáticas referem com preocupação a erosão, de ano para ano mais nítida, da posição timorense e a inexistência de qualquer referência a Timor-Leste na cimeira dos Não-Alinhados;

d) Aconselham a que se contactem os parlamentos e outros órgãos de soberania dos respectivos estados;

e) Sublinham que o Brasil poderia ter grande influência na América Latina;

f) A missão da Holanda diz ter informações de que há fome que se pode agravar se continuar a chover pouco e epidemias de malária e de que muitos timorenses continuam com muitas dificuldades em obter vistos de saída das autoridades indonésias;

g) A missão do Japão apoiou a posição da Indonésia, referindo a necessidade de estabilidade naquela região do globo;

h) As missões dos países de expressão portuguesa, incluindo o Brasil;

1) Congratulam-se com a criação da Comissão Parlamentar Portuguesa e com a visita da delegação;
2) Acham útil concertar esforços com Portugal;
3) A questão Timor-Leste é também um problema dos países de expressão portuguesa, frisou o embaixador do Brasil.

i) Das reuniões com os representantes da Fretilin:

1) Entregam a sua proposta de resolução de submeter a questão de Timor-Leste ao Tribunal de Haia;
2) Manifestaram o apreço com que viam a criação e actividade da Comissão Parlamentar Portuguesa;
3) Declaram aceitar uma resolução para Timor-Leste semelhante à da Rodésia.

C — Contactos com os órgãos de comunicação social. — A delegação foi entrevistada pelos correspondentes da RDP e da Voz da América e prestou igualmente declarações ao correspondente de uma cadeia de 45 estações da rádio do Brasil.

Proposta de Acção: — Analisados os seus diferentes aspectos e equacionados os problemas que se deparam, a delegação parlamentar entende dever formular aos Órgãos de Soberania competentes as seguintes propostas:

A proximidade de mais um debate no seio das Nações Unidas sobre o problema de Timor-Leste obriga a ponderar as acções a empreender nesse sentido. O facto de esse debate se realizar dentro de aproximadamente 1 mês e a circunstância, lembrada a esta delegação em várias ocasiões, de diminuir de ano para ano a diferença entre votos a favor e contra obriga a que se considere:

a) A necessidade de uma urgente ofensiva diplomática, quer a nível govenamental quer a nível das Nações Unidas. Essa acção diplomática poderia mesmo lembrar a alguns nossos aliados a facilidade com que Portugal dá o seu voto favorável em votações que lhes interessam sem que a inversa seja verdadeira. Em várias ocasiões, foi a esta delegação parlamentar dito que Portugal tem sido demasiado comedido nas condições que coloca a outros países para votar as suas moções, sem que a questão de Timor-Leste tenha sido posta num dos pratos da balança. Recomenda-se, entretanto, que essa acção vise sobretudo os países africanos e da América latina, já que a Indonésia parece ter conseguido a quase totalidade dos votos asiáticos. Diligências junto dos nossos parceiros da NATO e dos países da CEE teriam também a sua utilidade. Uma diligência para que o Brasil tenha um papel activo junto dos países latino-americanos e igualmente muito útil;

b) A necessidade de ponderar o conteúdo da próxima proposta de resolução a apresentar nos debates da Comissão de Descolonização a da Assembleia Geral da ONU. Com efeito, dos contactos tidos ficou esta delegação parlamentar com a convicção de que, a menos que seja imediatamente realizada uma intensa e frutuosa acção diplomática, se corre o risco de ver derrotada a proposta, com os inevitáveis e graves custos que isso acarretaria, nomeadamente o «esquecimento» da questão de Timor-Leste nas Nações Unidas.

Concluindo: neste momento, a Câmara deve ficar satisfeita pela compreensão encontrada junto da Presidência da República e do Primeiro-Ministro e por ter sido possível à nossa Comissão estabelecer uma espécie de ponte comunicativa entre aquelas instâncias, por vezes algo desavindas entre si.

Devermos congratular-nos pelas condições, ora criadas, para uma viragem na estratégia diplomática do nosso país na questão de Timor-Leste.

Aproveito agora a ocasião para entregar na Mesa uma proposta de resolução subscrita por vários membros da Comissão Parlamentar, onde já foi discutida, e, caso haja consenso, requeiro que seja discutida e votada hoje mesmo em Plenário devido à urgência que a matéria exige.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, do PPM, da ASDI, da UEDS e do Deputado Sousa Marques (PCP).

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, de facto o Sr. Deputado Manuel Tilman acabou de entregar na Mesa uma proposta de resolução, que, apesar de tudo, tem de ser agendada para só então ser discutida e votada.

O Sr. **Sousa Marques** (PCP): — Sr. Presidente, dá-me licença que interpele a Mesa?

O Sr. **Presidente:** — Com certeza, Sr. Deputado.

O Sr. **Sousa Marques** (PCP): — Sr. Presidente, a proposta de resolução agora apresentada, e aprovada por unanimidade e amplo consenso na Comissão Eventual, foi subscrita por deputados de todos os grupos parlamentares.

Nós sabemos que dentro de alguns dias nas Nações Unidas se iniciará o debate acerca desta matéria e naturalmente que todos temos consciência de que o facto de aprovarmos esta resolução sem seguirmos os trâmites legais e regimentais é um atropelo ao Regimento, que todos aprovamos e estamos empenhados em respeitar. No entanto, a questão que gostávamos de colocar era esta: se seria possível estabelecer-se um consenso entre todos os grupos parlamentares, e se nenhum deputado se opusesse a este processo, tendente à aprovação o mais rapidamente possível, até ainda hoje, desta proposta de resolução, facto que víamos de grande interesse.

Se isso se conseguir, reservamos naturalmente a nossa palavra para a adeclaração de voto, que faremos oportunamente, mas se houver alguma objecção a este processo estamos obviamente interessados em participar neste debate, para o que desde já me inscrevo.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Arons de Carvalho.

O Sr. **Arons de Carvalho** (PS): — É apenas para manifestar a concordância do partido Socialista em relação à proposta de resolução do Sr. Deputado Manuel Tilman e às palavras do Sr. Deputado Sousa Marques e para frisar a importância que terá o facto de, caso haja unanimidade desta Câmara — e parece-me que isso é fácil de obter —, a proposta de resolução sobre Timor-Leste ser hoje aprovada, tanto mais que estamos a poucos dias de um debate de extrema importância para que a questão de Timor, a realizar-se na Assembleia-Geral das Nações Unidas.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. **Lemos Damião** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para dizer que da parte da minha bancada vemos até com certa satisfação a proposta feita pelo Sr. Deputado Sousa Marques e, por isso mesmo, não nos opomos, de maneira alguma, a que se proceda da forma por ele sugerida. Entendemos até que, dada a urgência do problema, a proposta de resolução devia ser ainda hoje votada.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — É também para dar o nosso acordo à proposta do Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Soares Cruz.

O Sr. **Soarez Cruz** (CDS): — Sr. Presidente, é também para, em nome do Grupo Parlamentar do CDS, dar o apoio à proposta sugerida pelo Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. **Presidente:** — Havendo também o acordo da ASDI, do PPM, da UEDS e do MDP/CDE, e porque a Assembleia é soberana para resolver qual o processo a adoptar, parece-me que podemos seguir a proposta do Sr. Deputado Sousa Marques.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Lage.

O Sr. **Carlos Lage** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acho que não há qualquer irregularidade em agendar essa proposta de resolução, na medida em que a conferência dos líderes dos grupos parlamentares decidiu que hoje ela seria apreciada e votada. Por outro lado, quanto ao problema da publicação, a Assembleia pode dispensar a publicação desde que o texto seja conhecido.

O Sr. **Jorge Lemos** (PCP): — Já foi distribuído.

O **Orador:** — Ora, na medida em que o texto já foi distribuído e como todos os grupos parlamentares disseram que estavam em condições de votar, parece-nos que não há qualquer irregularidade em discutir e votar imediatamente essa proposta de resolução tal como estava previsto.

O Sr. **Presidente:** — Agradeço muito ao Sr. Deputado Carlos Lage a explicação, mas foi o que eu tinha acabado de dizer.

Como a proposta foi aceite, a Sr.ª Secretária da Mesa, Maria José Sampaio, vai então ler o texto da proposta de resolução apresentada por vários senhores deputados.

Proposta de resolução da questão Timor-Leste

Os deputados abaixo assinados, membros da Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste, vêm nos termos dos artigos 159.º, alínea *a*), da Constituição da República Portuguesa e do artigo 16.º, alínea *a*), do Regimento apresentar a seguinte proposta de resolução, para o cumprimento do artigo 297.º da Constituição (Independência de Timor-Leste) e das correspondentes resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e requerer a publicação, discusssão e aprovação imediata desta resolução, como exigem a situação de Timor-Leste e das suas populações e a próxima discussão da questão Timor-Leste na Organização das Nações Unidas:

A Assembleia da República, reconhecendo o direito inalienável de todos os povos à autodeterminação e à independência, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos coloniais, contida na sua Resolução 1514.ª (XV), de 14 de Dezembro de 1960;

Tendo presente o capítulo da informação do comité especial encarregado de estudar a situação referente à aplicação da declaração sobre Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, relativa à questão de Timor-Leste;

Reafirmando a posição de Portugal, na qualidade de potência administradora, àcerca dos acontecimentos de Timor-Leste e a aplicação, quanto a este território, das disposições pertinentes da Carta e da Declaração, assim como as da Resolução 1514.ª (XV), de 14 de Dezembro de 1960, da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas;

Tendo presente a obrigação, por parte da potência administradora, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste, de acordo com os princípios da Carta e da Declaração da Organização das Nações Unidas e da Constituição da República Portuguesa;

Consciente de que, de acordo com o disposto no n.º 4 do artigo 2.º e no artigo 33.º da Carta das Nações Unidas, todos os Estados, nas suas relações internacionais, devem abster-se de recorrer à ameaça ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência nacional de qualquer outro Estado e têm a obrigação de resolver todas as contendas por meios pacíficos;

Profundamente preocupada com a perda de muitas vidas humanas e com a situação crítica criada em Timor-Leste:

1) Exorta os Órgãos de Soberania constitucionalmente responsáveis a que continuem a fazer tudo quando estiver ao alcance de Portugal, como potência administradora, para se encontrar uma solução por meios pacíficos, nomeadamente através de conversações com os representantes do povo de Timor-Leste e da plena cooperação com a Organização das Nações Unidas, de acordo com a declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, a fim de que o povo de Timor-Leste possa exercer, livre e responsavelmente, o seu direito a autodeterminação e independência;
2) Exorta os países da região a que, em estreita colaboração com as Nações Unidas, façam tudo quando estiver ao seu alcance para se encontrar uma solução por meios pacíficos;
3) Exorta todos os Estados a respeitar e defender o inalienável direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação e independência, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas e da Declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais;
4) Condena mais uma vez o Governo da Indonésia por manter a ilegítima ocupação do território de Timor-Leste à revelia das sucessivas resoluções da Organização das Nações Unidas;
5) Solicita a atenção do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, de acordo com o § 3.º do artigo 11.º da Carta, para a situação crítica de Timor-Leste e para a necessidade de adopção de medidas urgentes para ajudar o povo Timorense, no âmbito das organizações especializadas da Organização das Nações Unidas, como ACNUR, FAO, UNICEF e UNESCO, e proteger a integridade territorial de Timor-Leste e o direito inalienável do seu povo à autodeterminação e independência;
6) Solicita ao Presidente da Assembleia da República que mande dar conhecimento desta resolução a todos os parlamentos e outros órgãos de soberania dos Estados Membros das Nações unidas.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Tílman.

O Sr. **Manuel Tílman** (ASDI): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A questão de Timor-Leste é uma

questão de ocupação ilegal e ilegítima e só será resolvida com a retirada da Indonésia e com o reatamento do processo de descolonização. O caso de Timor-Leste não é um caso de rebelião que se possa solucionar com a pacificação. Mesmo que a resistência tenha deixado de existir em Timor-Leste pelo desaparecimento dos que se opõem à integração de Timor-Leste na Indonésia, pelos julgamentos em condições deploráveis, pelo terror dos crimes sexuais e de genocídio cultural e da fome, a questão de Timor-Leste continuará como uma questão de descolonização. A questão da fome e das necessidades dos apoios humanitários são consequência da ocupação e não a causa da guerra, pelo que não se resolve com progressos aparentes, mesmo que o povo timorense esteja a receber alimentação suficiente e abrigo condigno, toda a ocupação é sempre perigosa.

Portugal tem 8 séculos de história. Tem a razão do seu lado. Não deve capitular. Portugal deve fazer tudo quanto estiver ao seu alcance para que o povo de Timor se autodetermine e não para que se estenda um manto branco sobre 300 000 sepulturas em troca de uma possível manutenção da cultura portuguesa e dos apoios humanitários que ninguém garante quanto ao seu fornecimento, administração e duração em Timor-Leste, tendo em conta a corrupção que reina na Indonésia. Enquanto um povo minúsculo resistir estoicamente à ganância, ao extermínio, às torturas, a violações, retaliações, traições e ódios de um gigante vizinho de 3000 ilhas e de 150 milhões de habitantes, cabe-nos a nós, como nação e povo livre, manter, alimentando, a fogueira de resistência. É preciso uma base de confiança e uma vontade férrea para que as pessoas sejam vitoriosas e não vítimas da guerra. A desilusão é resultado de uma amizade traída. A amizade significa uma aproximação, um compromisso.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Perante tão cruel realidade, situação igual a tantas outras — Líbano, Malvinas, Namíbia —, não deveremos mais querer tapar o Sol com uma peneira, tanta mentira e sufocamento moral e espiritual. «Esperar — diz Garaudy — é um acto de fé, mesmo quando tudo vai mal, podemos mudar as coisas».

Aplausos da ASDI, do PSD, do PS, do CDS, do PPM e de alguns senhores deputados do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Arons de Carvalho.

O Sr. **Arons de Carvalho** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Creio que é possível neste momento, apesar de ainda não se ter feito a votação desta proposta de resolução, sublinhar o larguíssimo consenso que houve — pelo menos na Comissão Parlamentar e espero que no Plenário — acerca desta questão de Timor-Leste — é das poucas questões nacionais que recolhe um longuíssimo consenso no espectro político/partidário português.

Queria ainda referir que esta proposta de resolução é parte da ofensiva diplomática que finalmente o Estado Português parece estar em condições de fazer relativamente à questão de Timor e se o Sr. Deputado Manuel Tílman — a quem se deve incontestavelmente uma grande parcela dessa ofensiva — há pouco referiu, na sua intervenção, a viragem ocorrida na diplomacia portuguesa, eu devo apontar aqui um testemunho daquilo que sinto em relação a essa mesma viragem: a delegação (de que fiz parte) que esteve nas Nações unidas em contacto com uma vintena de delegações de outros países teve a oportunidade de se aperceber, em qualquer das audiências que teve com essas missões diplomáticas de vários países do Mundo, da existência de uma enorme, intensa e profícua ofensiva diplomática Indonésia em qualidade e em quantidade — conforme nos sublinharam algumas vezes — que contrastava com a total ausência de importância relativamente a este assunto por parte de Portugal. Isto é, Portugal, não dava sinal de si, a diplomacia portuguesa não era minimamente activa na questão de Timor, e esse facto espantava os nossos interlocutores. Esta nota não foi focada à delegação portuguesa que esteve nas Nações Unidas nem 1, nem 2 nem 3 vezes apenas, foi focada no início de todas as reuniões que tivemos com missões diplomáticas de diversos países.

Há, portanto, uma viragem significativa na abordagem pelo Estado Português relativamente à questão de Timor. De facto, para essa viragem é importante sublinhar — como já aqui foi dito — a acção da Presidência da República, a acção da Assembleia da República e a acção do Governo e é também importante sublinhar que, pelo menos, na questão de Timor, há a possibilidade de haver um entendimento entre os Órgãos de Soberania, uma acção concertada entre os vários Órgãos de Soberania, tendente a resolver o problema.

Queria sublinhar que para haver esta ofensiva diplomática se assistiu ao abandono da tese, existente em alguns meios, que defendia que a negociação com a Indonésia era mais importante do que a denúncia da presença repressiva da Indonésia em Timor e de que só era possível uma negociação com a Indonésia quando acabasse a denúncia pública nos foros internacionais da presença pela força da Indonésia no território de Timor-Leste. O abandono desta tese demissionista agrada ao Partido Socialista, que não quer deixar de sublinhar este facto sem querer, digamos, entrar muito mais no caminho da explicitação do que acabou de ser dito.

Finalmente, queria terminar a minha intervenção fazendo um apelo a todos os deputados desta Assembleia. Por diversas razões, as delegações parlamentares desta Assembleia que se deslocam a diferentes partes do Mundo, a diferentes foros internacionais e em diferentes ocasiões, me parece que não fica mal aos deputados da Assembleia da República levar na bagagem das suas preocupações a questão de Timor. Em cada foro internacional, em cada contacto bilateral com missões parlamentares de outros países, em qualquer ocasião (mesmo junto a órgãos de informação desses países), não fica nada mal — antes se trata de um dever desta Assembleia e de todos os deputados — abordar a questão de Timor, denunciar a presença da Indonésia, denunciar a violação do direito internacional que consiste na invasão pela Indonésia do território de Timor-Leste, o direito à autodeterminação e independência do povo de Timor-Leste, não pode ficar esquecido e deve, antes, ser uma e outra vez apontado e defendido pelo povo português e pelo Órgão de Soberania Assembleia da República.

Aplausos do PS, do PSD, do PPM, e da ASDI.

Entretanto, reassumiu a presidência o Sr. Presidente Oliveira Dias.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Lemos Damião.

O Sr. **Lemos Damião** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nesta matéria pouco mais tenho a

dizer, na medida em que os meus ilustres acompanhantes — melhor dizendo, eu é que os acompanhei —, Sr. Deputado Manuel Tílman, na qualidade de presidente da Comissão, o Sr. Deputado Arons de Carvalho, disseram mais do que o suficiente para elucidar toda a Câmara. Não posso, no entanto, deixar de dizer mais 2 palavras.

Entendemos que nesta questão de Timor o problema que inicialmente se poderia reconhecer como sendo uma questão nacional é hoje, como todos podemos testemunhar, uma questão dos países de expressão portuguesa, tal como nos foi dito muito claramente pelo Brasil e pelos muitos países originários das nossas antigas possessões ultramarinas. Para além disso, o problema de Timor é um problema dos países livres do Mundo e é por isso que nós estranhamos que aqueles que ontem tanto lutaram para que se autodeterminassem, os que por mérito próprio estão hoje no areópago mundial nas Nações Unidas, não juntem a sua voz à razão que julgamos ser nossa e de todos os homens livres do Mundo.

Nesta matéria, Sr. Presidente e Srs. Deputados, entendo que é muito mais importante apontar, ver e analisar as questões humanas deixando os artificialismos políticos, entendo que Timor precisa que todos nós sejamos políticos, entendo que Timor precisa que todos nós sejamos dignos dele, e isto porque ainda hoje lutam, em Abril ainda lutavam, 1200 homens com a bandeira portuguesa, que trazem escondida nos bambus e no interior dos casacos, e quando se juntam e podem falar livre e à vontade — facto que acontece poucas vezes — viram-se uns para os outros e dizem: «quando regressa o dono da casa?»

Protestos da UDP.

É isto que nos custa, é isto que nos faz vibrar. Ao fim e ao cabo, nós, que não queremos ser donos de nada, nós, que queremos apenas acabar a descolonização, porque Portugal só será efectivamente livre quando acabar com dignidade a descolonização, nós, que nos orgulhamos de ao longo de todos estes anos ter dado origem a países livres que hoje têm voz no areópago mundial, queremos que a essa voz se junte a voz dos Timorenses, na medida em que pugnamos que Timor seja um país livre e independente.

Aplausos do PSD, do PS, do CDS, da ASDI e do PPM.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Então já não têm dono?

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Mário Tomé.

O Sr. **Mário Tomé** (UDP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O consenso obtido em torno da proposta de resolução aqui apresentada, que naturalmente aqui será votada, existe na nossa proposta porque a UDP considerou como necessário fazer força — digamos assim —, com o conjunto dos outros partidos desta Assembleia, no sentido de ajudar a alcançar pontos positivos para que a luta que hoje está a ser travada nas Nações Unidas possa ter êxito. No entanto, esta posição da UDP não significa que estejamos de acordo com tudo o que está contido na proposta de resolução e muito menos com as considerações que estão a ser feitas à volta desta proposta.

Para a UDP a chama de resistência não está — peço desculpa por discordar do Sr. Deputado Manuel Tilman — no que se está aqui a passar, a chama da resistência está, como sempre esteve — a UDP sempre aqui o disse quantas vezes sozinha e isolada na Assembleia da República —, na luta do povo Maubere, dirigido pela Fretilim, e por isso considero inadmissível que o Sr. Deputado Lemos Damião venha aqui dizer que a resistência ao invasor indonésio esteja a ser levada a efeito sob a Bandeira Portuguesa. A resistência está a ser levada a efeito, como tem sido, pela resistência heróica do povo sob a bandeira da Fretilim e tem sido essa luta que obrigou que nesta Assembleia todos os partidos estejam dispostos a assumir responsabilidades que há muito já perderam.

Não me vou alongar mais, quero, no entanto, saudar a República Democrática de Timor-Leste, que já foi proclamada quando o Governo Português alijou aquilo que seriam as suas responsabilidades, saudar a Fretilim e saudar a luta heróica do povo Maubere. Quando — isto vai acontecer — os Indonésios forem obrigados a tirar a sua bota fascista do território sagrado de Timor-Leste, nessa altura estará o povo de Timor em condições de levar por diante a sua autodeterminação, a sua independência e a liberdade que já assumiu quando proclamou a República Democrática de Timor-Leste.

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Azevedo Coutinho.

O Sr. **Azevedo Coutinho** (CDS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Este problema, este drama — melhor dizendo — de Timor-Leste, não se compadece com afirmações demagógicas ou sectorismos políticos.

Vozes do (CDS): — Muito bem!

O **Orador:** — Tal como o Sr. Deputado Manuel Tilman disse, e outros deputados dos Partidos Socialista e Social-Democrata reafirmaram, este problema reuniu o consenso de todos os grupos parlamentares e partidos desta Assembleia, não é, portanto, aceitável que se produzam aqui afirmações de ataque ou defesa de um determinado tipo de movimento, porque aquilo que está em causa é a capacidade, ou não, que a comunidade internacional confere ao povo de Timor-Leste de exercer os seus plenos direitos, isto é, o direito de se autodeterminar.

Sem querer historiar as responsabilidades portuguesas — que foram as maiores neste caso — pelo abandono a que votaram o povo de Timor-Leste em 1975, quero afirmar que essas responsabilidades não podem justificar de modo nenhum a intervenção da Indonésia e muito menos a permanência dessa intervenção. Por esse motivo, eu, em nome do meu partido, subscrevi a proposta de resolução, que está neste momento em discussão, que condena a Indonésia pela manutenção da actual situação.

O povo de Timor-Leste tem todo o direito de poder exercer a sua autodeterminação e a comunidade internacional tem o dever de lhe proporcionar as condições para tal. Embora isto não se tenha verificado, não se pode dizer que as autoridades portuguesas e os governos portugueses — a própria diplomacia portuguesa — têm estado inertes e abúlicas neste caso. Quem ouviu algumas intervenções ficará com a impressão que só agora neste ano é que a diplomacia portuguesa e o Governo

Português se interessaram pelo problema de Timor-Leste. Isto não é exacto, pois já em 1980 o Conselho de Ministros de Portugal se pronunciou sobre o problema de Timor-Leste, tendo tal decisão originado a integração de uma referência a essa posição na Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas de 1980, e durante 1981 prosseguiu o Governo Português os seus esforços. Entendeu agora, por razões que todos aceitamos e compreendemos, com o importante apoio da Assembleia da República, que nomeou uma Comissão Eventual para tratar deste problema, ser possível haver um entendimento entre os Órgãos de Soberania, pois, como sabem, a responsabilidade constitucional não cabe neste ponto exclusivamente ao Governo.

Congratulo-me — e isto também em nome do meu partido — por ter sido possível chegar a este consenso. No entanto, gostaria que houvesse aqui uma clara noção das realidades.

Trata-se do problema de autodeterminação do povo de Timor-Leste, não me interessa saber sob que bandeira. Não é sob a Bandeira Portuguesa, mas também não é sob a bandeira da Fretilim. Será sob a Bandeira de Timor e esse é um problema importante que terá de ser resolvido.

É para esse problema que apelamos. Esperemos que as Nações Unidas sejam sensíveis a esse apelo. Todos sabemos que a Indonésia tem um poder negocial extremamente forte. Não vamos aqui invocar as razões, mas também não vamos considerar que a situação actual se deve à inoperância ou à abulia de Portugal.

Portugal sempre se interessou, sempre pugnou, sempre votou nessas moções, sempre fez uma acção nas Nações Unidas, sempre teve contactos com os delegados — inclusivamente da Fretilim — em Nova Iorque e sempre concentrou as suas acções com essa delegação da Fretilim. Disso tive pessoalmente conhecimento em 1980.

Por consequência, se a acção seguida foi aquela que foi, hoje é a que é, só temos que nos congratular por, talvez, o areópago das Nações Unidas estar mais receptivo aos problemas da autodeterminação do que tem estado até aqui.

Os exemplos noutros países do Mundo terão despertado a consciência das Nações Unidas. É de facto necessário que os povos possam exercer livremente o direito de escolherem o regime em que querem viver e a bandeira sob que querem viver — e não continuem a ser submetidos a pressões dos outros países, sejam elas de que natureza forem, os quais lhe simpõem soluções que eles não aceitam.

Aplausos do CDS, do PSD, do PPM e da ASDI.

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra o Sr. Deputado Sousa Marques.

O Sr. **Sousa Marques** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Já aqui foi feita a referência expressa, mas parece-me bom começar por sublinhar a importância da iniciativa desta Assembleia ao constituir esta Comissão Parlamentar para Acompanhar a Situação de Timor-Leste.

Todos nós hoje sentimos que esta Comissão realizou trabalho. Trabalho esse que se pode considerar positivo na medida em que ela própria provocou, de certo modo, uma agressividade da nossa diplomacia e uma actuação concreta dos Órgãos de Soberania competentes nesta matéria.

No entanto, parece-me imperdoável não sublinhar que há razões exógenas a esta Assembleia que estão para lá das questões humanitárias e políticas que levaram à constituição desta Comissão, as quais devem ser aqui referidas. Assim, sublinharei 2 pela importância que assumem neste momento: desde logo, as acções que têm sido levadas a cabo no nosso país e que são destinadas a manter acesa a chama da solidariedade do nosso povo com o mártir povo de Timor-Leste; por outro lado, e fundamentalmente, a continuada resistência que o povo de Timor-leste tem levado a cabo contra o invasor e ocupante estrangeiro. Aqui temos consciência do papel que tem sido representado por uma organização concreta, a qual tem realizado, no concreto, um determinado número de iniciativas e de acções, a nível interno e internacional, o que tem de ser sublinhado e não pode ser escamoteado.

Para nós, de facto, a resistência do povo de Timor-Leste tem sido encabeçada por uma determinada força, a Fretilim, que representa neste momento, na sua acção diária, todos os sentimentos e necessidades de liberdade e de independência por que o povo de Timor-Leste sempre lutou.

É para nós particularmente importante sublinhar este facto, na medida em que a bandeira de descolonização e a bandeira do apoio aos movimentos de libertação nacional, antes do 25 de Abril, foi empenhada pelo meu partido e pelos militantes do meu partido.

Hoje, aqui na Assembleia da República, vemos com grande alegria — e isto tem um profundo significado político — que todos os partidos desta Assembleia apoiam a proposta de resolução que estamos hoje aqui a discutir e que, provavelmente, irá ser votada por unanimidade.

Mais do que as palavras, parece-nos que há que sublinhar questões fundamentais e concretas em torno desta questão. A questão de Timor-Leste e todos os problemas a ela ligados não podem ser apenas observados sob um ponto de vista humanitário.

Naturalmente que não perdemos de vista a nossa solidariedade e todo o esforço que devemos continuar a fazer no sentido de manifestar o nosso apoio humanitário ao povo de Timor-Leste. No entanto, a nossa acção é uma acção política que tem de ter objectivos políticos determinados — e, antes do mais, o reconhecimento, perfeitamente claro e inequívoco, do direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste, o que está, aliás, expressamente referido no nosso texto constitucional.

Sublinhamos que não apoiaremos os que hoje são capazes, porventura, de chorar «lágrimas de crocodilo» pelo povo de Timor-Leste, mas estão eventualmente a pensar numa solução neocolonial para o futuro desse povo.

Quando referimos o direito à autodeterminação e à independência do povo de Timor-Leste estamos a referir a verdadeira autodeterminação e independência por que o povo de Timor-Leste luta e merece.

Esta referência deve ficar aqui perfeitamente clara, já que em intervenções anteriores de deputados de outras bancadas não me pareceram suficientemente expressos estes desejos e a manifestação política desta vontade política.

Em segundo lugar, continuaremos a afirmar o reconhecimento da Fretilim, única força hoje resistente e não colaboracionista que existe em Timor-Leste, como a legítima representante do Timor-Leste.

A terceira questão refere-se à insistência que deve continuar a fazer-se da condenação não apenas da invasão, mas também da anexação e ocupação do território de Timor-Leste por parte da Indonésia

Parece que toda a firmeza por parte dos Órgãos de Soberania portuguesa é pouca nesta matéria. Aqui devemos também estar unidos para exigir que todos os Órgãos de Soberania sejam perfeitamente capazes de defender esta posição de intransigência em relação a uma atitude perfeitamente inqualificável, quer sob o ponto de vista político, quer sob o ponto de vista humanitário.

Refiro ainda 2 outras questões. Em primeiro lugar, saliento a necessidade do alargamento do apoio político e social, quer a nível nacional, quer a nível internacional, ao povo de Timor-Leste. Nesse âmbito, quer as forças políticas e sociais no nosso país, quer a Assembleia da República, já realizaram alguma coisa de concreto.

Por outro lado, sublinho as responsabilidaes do Governo e da Presidência da República neste processo, assim como a necessidade de a Assembleia da República ter a possibilidade de o acompanhar e de o fazer.

Naturalmente que temos de sublinhar, para terminar a nossa intervenção, o papel que tem sido representado no trabalho parlamentar pelo Sr. Deputado Manuel Tilman. Parece-nos que sem ele poderíamos ter feito alguma coisa do que fizemos, mas não teríamos feito tudo aquilo que fizemos.

No entanto, ao mesmo tempo que dizemos isto, gostaríamos de sublinhar que para nós não se trata de fazer uma «corrida em contra-relógio» para ver quem empunha melhor ou pior a bandeira de solidariedade para com o povo de Timor-Leste.

Mais importante do que empunhar bandeiras e do que as palavras, porventura «ocas», que às vezes se ouvem, são as acções concretas de solidariedade. Por isso mesmo, parece ser de sublinhar a importância que tem o facto de uma proposta de resolução, como aquela que foi apresentada — que poderá, naturalmente, num ou noutro aspecto ficar aquém daquilo que o meu grupo parlamentar e eu próprio gostaríamos que ficasse expresso —, ter sido subscrita por deputados de todos os partidos desta Assembleia e o facto de muito provavelmente vir a ser aprovada por unanimidade pelo Plenário desta Assembleia.

Parece-me que esta acção concreta é mais importante que certas «corridinhas contra-relógio», que só ficam mal a quem as pratica e que, naturalmente, não ficarão na história, já que delas ninguém falará.

Aplausos gerais.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, como sabem, estamos a ultrapassar um pouco a hora a que habitualmente fazemos o intervalo. No entanto, se não houver objecções, penso que haveria vantagens em ouvir o orador inscrito ainda sobre esta matéria, o Sr. Deputado Barrilaro Ruas, e votar a proposta de resolução.

Pausa.

Não havendo qualquer objecção, tem a palavra o Sr. Deputado Barrilaro Ruas.

O Sr. **Barrilaro Ruas** (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: O que quero dizer é quase como que apenas uma declaração de voto, tão simples é a intervenção do meu partido num momento destes em que a Assembleia da República já anunciou praticamente o seu voto unânime, preparado no seio da Comissão Eventual para o Tratamento do Caso de Timor.

O PPM não quer ir nem aquém nem além daquilo que está escrito nessa proposta de resolução, a qual foi estudada, durante alguns dias, em sede própria e provocada pela visita à Austrália e às Nações Unidas, da delegação da Comissão Eventual, durante o Verão.

O PPM já teve ocasião, pela minha voz, de se congratular com o êxito dessa viagem. Quero neste momento acentuar, mais uma vez, tudo quanto devemos à intervenção e à iniciativa do Sr. Deputado Manuel Tilman e o quanto é importante para a resolução do problema de Timor-Leste — e até para a salvação da nossa própria face histórica num caso destes —, que, através da constituição dessa Comissão Eventual, a opinião pública portuguesa, finalmente, pareça ter sido desperta, de um modo mais vivo e actuante, para esse problema, que é profundamente nacional em relação ao qual muitas vezes se pensava que talvez se pudesse dar uma solução meramente burocrática ou diplomática, o que não pode ser.

O problema de Timor é um problema que tem que ver com todos nós, como portugueses e até como homens, embora o tenha sobretudo como comunidade histórica responsável por situações que se criaram, em grande parte, por culpa nossa.

Esse processo só pode ter, naturalmente, uma solução verdadeira, que é a decisão tomada livremente pelo povo de Timor acerca do seu futuro. Isso é que se chama a autodeterminação e a independência, porque não há autodeterminação que não possa conduzir à independência.

Por outro lado, também sabemos que a verdadeira autodeterminação não é possível quando não há uma verdadeira independência, isto é, quando não há uma verdadeira liberdade.

Não quero, no entanto, acrescentar nada que não esteja contido no texto da própria resolução. É essa resolução que vamos votar com toda a consciência de que estamos, de facto, a cumprir um dever histórico para com um povo martirizado.

Aplausos do PPM, do PSD, do PS, do CDS, da ASDI e de alguns deputados do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, visto não haver mais oradores inscritos, vamos passar à votação da proposta de resolução subscrita pelo Sr. Deputado Manuel Tilman e por deputados de todos os outros grupos parlamentares, bem como pelo Sr. Deputado da UDP.

Se não houver objecções por parte da Câmara proponho que votássemos globalmente o texto da resolução.

Pausa.

Como não há qualquer objecção, passamos à votação.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, a Mesa tomará as providências que lhe foram confiadas em face da votação.

Tem a palavra, para uma declaração de voto, o Sr. Deputado Carlos Candal.

O Sr. **Carlos Candal** (PS): — Sr. Presidente, não é exactamente para uma declaração de voto.

A propósito da referência que o Sr. Presidente acaba de fazer, propunha que no próprio texto da proposta, logo na introdução onde se diz «A Assembleia da República...», se passasse a dizer «A Assembleia da República, por unanimidade,...» ou então que na comunicação que haja de fazer-se se insira um rodapé que diga «Esta proposta foi aprovada por unanimidade».

Penso que isso tem interesse internacional na divulgação e na comunicação que se faça do texto.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, interpretando — e penso que correctamente — a sua sugestão, que agradeço, comprometer-me-ia a fazer notar na comunicação para todas as entidades previstas que a resolução foi tomada por unanimidade desta Câmara.

O Sr. **Amândio de Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, dá-me licença?

O Sr. **Presidente:** — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Amândio de Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, ainda na primeira parte da ordem do dia estava prevista uma comunicação. Ora, eu tinha conveniência pessoal em a fazer antes do intervalo e, se não houvesse objecções, solicitava à Mesa o obséquio de tal me ser possível.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado, por parte da Mesa não há qualquer dificuldade. Em todo o caso, talvez para ajuizarmos de alguma eventual dificuldade. o Sr. Deputado poderá informar o tempo de que, aproximadamente, necessita para a sua intervenção?

O Sr. **Amândio de Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, no máximo preciso de 10 minutos.

O Sr. **Presidente:** — Sendo assim, pergunto à Câmara se há alguma objecção.

Pausa.

Não havendo objecções, tem a palavra o Sr. Deputado Amândio de Azevedo, para apresentar a sua comunicação em nome da Delegação Parlamentar ao Conselho da Europa.

O Sr. **Amândio de Azevedo** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não tem sido hábito dar uma informação no Plenário acerca do desenrolar das sessões plenárias da Assembleia Parlamentar da Europa, onde está presente uma delegação desta Assembleia.

O facto já foi objecto de um reparo. Há que reconhecer que, em certa medida, esse reparo é justificado e que é desejável que o Plenário da Assembleia tome conhecimento, através de uma breve informação, dos trabalhos desenrolados na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, das matérias que ali são discutidas, a fim de poder dar seguimento a essas matérias, não só através de intervenções, mas também através de recomendações ao Governo, para que as deliberações do referido Conselho possam ter a máxima eficácia.

Dentro de alguns dias vai realizar-se na Assembleia da República uma reunião de uma Comissão que está justamente encarregada de divulgar junto do público e dos parlamentos nacionais o trabalho da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa.

É nessa linha que me parece conveniente dar uma ideia, embora muito genérica, sobre o que foi a última sessão da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, que teve lugar em Strasbourg, entre os dias 29 de Setembro e 7 de Outubro.

Naturalmente que se tem presente o facto de a Delegação Parlamentar Portuguesa não actuar necessariamente como um bloco e como uma unidade. Cada um dos membros dessa Delegação, integrado em grupos políticos diferentes, assume relativamente aos diversos debates a posição que julga mais conveniente.

Não tem sido, todavia, alheia à Delegação Parlamentar Portuguesa a preocupação de agir, sempre que possível, como um todo. Em algumas ocasiões isso foi possível.

Nesta linha, creio poder afirmar que a Delegação Parlamentar tem uma imagem muito favorável no Conselho da Europa e tem defendido o prestígio desta instituição parlamentar.

A Assembleia Parlamentar constitui a cúpula de um trabalho realizado em comissões, com o apoio de serviços que, há que reconhecer, têm uma elevada qualidade e prestam um auxílio inestimável aos membros da Assembleia.

Nas sessões plenárias são apresentados relatórios elaborados nas comissões. A discussão faz-se na base da apreciação do relatório pelo relator e com uma intervenção muito particular do presidente da respectiva comissão.

Os debates, portanto, desenrolam-se sob a responsabilidade de uma determinada comissão e, naturalmente, sob a responsabilidade pessoal do respectivo relator.

Gostaria de não ir muito mais longe do que enunciar os temas e os pontos principais da sessão parlamentares que há pouco referi, informando desde já que estas sessões têm uma documentação muito vasta e completa, a qual existe nos serviços do Gabinete de Relações Internacionais da Assembleia da República.

Aí se encontram, por um lado, todas as deliberações tomadas na Assembleia Parlamentar, propostas de resolução, propostas de recomendação e propostas directivas, e, por outro lado, aí se encontram também as actas de todas as sessões, onde estão inseridos, na íntegra, os discursos e intervenções de todos os membros da Delegação Parlamentar Portuguesa e, naturalmente, de todas as outras delegações.

Os pontos mais importantes da última sessão parlamentar, que começou no dia 29 de Setembro — em horários, para comissões, que vão desde as 8 horas e 30 minutos até às 10 horas, todos os dias há reuniões de comissões ou de grupos políticos, e a reunião do Plenário, desde as 10 às 13 horas e das 15 às 19 horas —, foram, em primeiro lugar, problemas de cultura e problemas urbanos, tendo sido apresentado um relatório sobre experiências em matérias de política urbana e outro sobre políticas culturais urbanas.

Ao fim da manhã do dia 30 é de destacar uma exposição do Presidente da República Francesa, François Mitterrand, que teve uma importância política assinalável, na medida em que François Miterrand escolheu o Conselho da Europa para fazer a sua grande intervenção política no seio de uma organização internacional. Seguiu-se, à tarde, um debate sobre um tema particularmente importante e que muito interessa ao nosso país, um relatório sobre a luta contra o desemprego, onde são recomendadas várias medidas aos países membros do

Conselho da Europa. Limitar-me-ei a chamar a atenção especial para o facto de se conterem, na parte final deste relatório, deliberações que têm que ver com os trabalhadores migrantes, o que, naturalmente, tem interesse para nós, portugueses, na medida em que daqui pode resultar — se vierem a ser seguidas estas recomendações — largo benefício para os milhares de trabalhadores portugueses que se encontram a trabalhar em países europeus.

Gostaria de chamar também a atenção para um outro relatório sobre o artesanato, medidas recomendadas no sentido da protecção do artesanato e lembrar aqui, por me parecer justo, que uma deputada portuguesa, Amélia de Azevedo, teve uma intervenção activa neste debate, na medida em que exerceu as funções de presidente da respectiva Comissão, sendo portanto vice-presidente em exercício, e alimentando no Plenário este debate.

Não refiro as intervenções dos membros da Delegação porque foram várias e poderão ser encontradas nas actas das sessões de 29 de Setembro a 7 de Outubro.

Parece-me também de grande importância mencionar aqui um outro relatório sobre a concentração de instalações industriais e de centrais nucleares nas regiões fronteiriças. Este relatório tem importância para nós, dado os problemas que levanta e que interessam ao nosso país, e tem importância especial na medida em que uma deputada portuguesa, Helena Roseta, foi relatora deste tema juntamente com outro deputado, o Sr. Schäuble.

Discutiu-se ainda, dentro da Comissão de Assuntos Jurídicos, medidas a tomar a nível internacional para proteger a liberdade de expressão por regras respeitantes a publicidade comercial e depois o problema da Convenção das Nações Unidas sobre o direito do mar e ainda sobre a extradição de criminosos.

Finalmente, um tema também muito importante para nós e que teve uma larga participação de deputados portugueses foi o debate sobre o direito de voto no estrangeiro, de nacionais de estados membros do Conselho da Europa. Recordava, por me parecer de grande importância, que o sentido geral desta proposta de recomendação é o de incentivar a atribuição do direito de voto a estes cidadãos que trabalham no estrangeiro, por se entender que o direito de voto é um direito fundamental das pessoas e deve ser exercido independentemente do local onde se encontrem e, por outro lado, o de solicitar aos países onde residem cidadãos estrangeiros todas as facilidades ou, no mínimo, que não ponham entraves ao exercício desse direito de voto.

Mencionava ainda, já no dia 2 de Outubro, o relatório da actividade do Alto Comissariado das Nações para os Refugiados, que foi discutido após uma exposição do Alto Comissário para os refugiados das Nações Unidas, Sr. Paul Hartling, e ainda um relatório sobre as mulheres migrantes.

Merece ainda referência especial um debate sobre as relações entre a Europa e o Japão no quadro da política geral do Conselho da Europa, demonstrando a preocupação do Conselho da Europa em alargar a temática a outros países que não estão representados neste Conselho da Europa e que não fazem mesmo parte da Europa.

Gostaria ainda de referir que foi objecto de um debate que durou ao longo de todo um dia — o dia 5 de Outubro —, o relatório sobre a Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico, começando com uma exposição do secretário-geral da OCDE, Sr. Emile Van Lemep. Houve também intervenções várias de deputados portugueses mais peritos nestas matérias e ainda uma comunicação do Comité de Ministros do Conselho da Europa, que foi apresentada pelo actual Presidente do Conselho de Ministros em exercício, o Sr. Wilibald Pahr, que é o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Áustria, seguindo-se um debate e perguntas orais.

Gostaria ainda de referir 2 debates que tiveram a maior importância — debates de carácter político —, sendo um sobre a situação no Líbano, onde a delegação portuguesa, posso dizê-lo aqui, se orientou claramente no sentido de ser reconhecido ao povo palestiano o direito à autodeterminação e a uma pátria própria e de tentar a resolução do problema do Médio Oriente pela via da negociação, e outro sobre a situação na Turquia, que tem estado inscrito em todas as assembleias gerais do Conselho da Europa, desde o golpe de Estado na Turquia, e onde a delegação portuguesa, na sequência de sessões anteriores, teve um papel muito activo através de várias intervenções. Portugal é um país que se encontra numa situação particularmente propícia para analisar o problema da situação da Turquia, tendo vivido, como viveu, uma experiência de ditadura e situações de ameaça de novas ditaduras.

Creio que depois de citar estes debates de natureza política poderei limitar-me a fazer uma referência muito breve a um outro relatório da Comissão do Conselho da Europa sobre relações com os países europeus não membros, relacionada com a situação da Comunidade judia na União Soviética e outro relacionado com a liberdade de pensamento, de consciência e de religião na Europa de Leste.

Quero terminar dizendo que é do maior interesse que a Assembleia da República daqui para o futuro — de certo modo aliviada depois de percorrer um período de trabalho parlamentar particularmente intenso — se possa debruçar um pouco mais sobre o que se passa no Conselho da Europa, uma instituição privilegiadamente voltada para a defesa dos direitos do homem e voltada para a construção da unidade europeia.

Podemos aprender muito com os relatórios e com as deliberações que são tomadas no Conselho da Europa, uma Assembleia onde participam países que são democracias já muito antigas, e aproveitamos desta experiência exactamente para aperfeiçoar o nosso regime democrático e as nossas leis e darmos o nosso contributo para a construção de uma Europa mais forte, de uma Europa mais unida, que possa ter um papel cada vez mais decisivo no Mundo.

Por outro lado, também os deputados membros do Conselho da Europa poderão procurar levar a essa Assembleia internacional certos problemas que aqui nos preocupam especificamente e quero dizer que encararei, com todo o interesse, nomeadamente a apresentação de uma proposta de resolução ou de uma iniciativa qualquer, no Conselho da Europa, sobre o caso de Timor. Sendo certo que o Conselho da Europa se ocupa especficamente com o problema da defesa dos direitos humanos, o caso de Timor é um caso onde efectivamente esses direitos humanos estão claramente em jogo e nós podemos e devemos — e talvez tenhamos que nos recriminar a nós próprios por não o termos feito já, mas mais vale tarde do que nunca —, agora na sequência daquilo que se passou hoje no Plenário da Assembleia da República, apresentar — e gostaria que isso fosse feito em conjunto, por toda a Delegação Portuguesa — uma iniciativa tendente à discussão, na Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa, do problema de Timor-Leste.